O **Instituto Ética Saúde (IES)** manifesta seu posicionamento diante das informações divulgadas no âmbito das **Operações Makot Mitzrayim e Rio Vermelho**, conduzidas pela **Polícia Federal (PF)** em conjunto com a **Controladoria-Geral da União (CGU),** que investigam possíveis irregularidades na gestão de recursos públicos destinados à saúde, com foco no estado de Goiás e desdobramentos em unidades da federação como Tocantins, Maranhão, Distrito Federal e São Paulo. As apurações envolvem contratações realizadas, em grande parte, no contexto da pandemia de Covid-19, especialmente relacionadas à gestão de unidades hospitalares e hospitais de campanha.

De acordo com as informações divulgadas pelas autoridades, as investigações se desdobram em dois eixos complementares. No âmbito da **Operação Makot Mitzrayim**, foram identificados indícios de utilização de estruturas contratuais complexas, incluindo práticas conhecidas como “quarteirização” e “quinteirização”, com possível **superfaturamento de serviços** e consequente desvio de recursos públicos. Já na **Operação Rio Vermelho**, as apurações concentram-se na gestão de recursos destinados ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, especialmente em hospital de campanha, com indícios de **irregularidades na seleção de prestadores, simulação de concorrência, direcionamento de contratações e obtenção de lucros indevidos a partir de recursos públicos**.

Sob a perspectiva institucional, o caso evidencia como **fragilidades na governança de contratos de gestão podem ser exploradas para distorcer a finalidade pública dos recursos destinados à saúde**, especialmente em contextos emergenciais. A utilização de cadeias ampliadas de subcontratação, quando não devidamente controladas e auditadas, compromete a **transparência, a rastreabilidade dos recursos e a efetividade dos mecanismos de fiscalização**, criando ambientes propícios à ocorrência de práticas incompatíveis com os princípios da administração pública.

Nesse contexto, o IES destaca que práticas antiéticas na saúde pública não se restringem a desvios diretos de recursos, abrangendo também condutas como **direcionamento de contratações, simulação de competição, ocultação de fluxos financeiros e maximização indevida de margens contratuais**, com impactos relevantes sobre a integridade administrativa, a eficiência do gasto público e a confiança institucional. O episódio reforça, portanto, a necessidade de fortalecer mecanismos de controle sobre contratos de gestão, ampliar a transparência nas cadeias de subcontratação e garantir a rastreabilidade integral dos recursos públicos, por meio de medidas como **auditorias independentes, segregação de funções, monitoramento contínuo da execução contratual e verificação de vínculos entre partes contratadas**.

Ao mesmo tempo, é importante registrar que os fatos se encontram em **fase de investigação**, sendo assegurados aos envolvidos o **contraditório e a ampla defesa**, conforme previsto no ordenamento jurídico brasileiro. As informações públicas indicam, ainda, que há **colaboração com as autoridades e manifestações quanto à regularidade das prestações de contas perante órgãos de controle**, o que reforça a necessidade de que a análise do caso ocorra de forma **técnica, individualizada e baseada em evidências**.

Reafirmamos nosso compromisso com a promoção da ética, da transparência e da boa governança no setor da saúde, entendendo que a correta aplicação dos recursos públicos, especialmente em cenários de emergência sanitária, é condição indispensável para a sustentabilidade do sistema e para a preservação da confiança da sociedade nas instituições responsáveis pela gestão da saúde.

De forma complementar, os desdobramentos poderão ser acompanhados no **Radar da Ética**[1], iniciativa conduzida pelo **Instituto Ética Saúde** que monitora e analisa casos de grande impacto para a integridade do setor.

Síntese das Informações Apuradas

As **Operações Makot Mitzrayim e Rio Vermelho**, deflagradas em **15 de abril de 2026 pela Polícia Federal (PF)**[2], em conjunto com a **Controladoria-Geral da União (CGU)** e com apoio de outros órgãos de controle, investigam possíveis fraudes em contratos públicos de saúde relacionados à gestão de unidades hospitalares e hospitais de campanha durante a pandemia de Covid-19.

Ao todo, foram cumpridos aproximadamente **50 mandados judiciais**, incluindo buscas e apreensões e prisões preventivas, nos estados de **Goiás, Tocantins, Maranhão, São Paulo e no Distrito Federal**, com destaque para a cidade de **Goiânia**, onde se concentram parte relevante das apurações.

As investigações apontam indícios de utilização de estruturas contratuais com múltiplos níveis de subcontratação (“quarteirização” e “quinteirização”), associadas a possíveis **superfaturamentos, direcionamento de contratações, simulação de concorrência e repasses financeiros suspeitos**[3], além de indícios de vínculos entre dirigentes e empresas contratadas e práticas voltadas à **maximização de margens contratuais**.

Os fatos apurados podem, em tese, configurar crimes como **corrupção ativa e passiva, peculato-desvio, lavagem de capitais e irregularidades licitatórias**, conforme indicado pelas autoridades responsáveis pela investigação.

Filipe Venturini Signorelli
Diretor-executivo do Instituto Ética Saúde

Julio Zanelli
Assessor de Ética e Integridade / Compliance Officer do Instituto Ética Saúde

[1] Portal Instituto Ética Saúde – Radar da Ética

[2] Fonte – Portal Policia Federal – PF e CGU deflagram operações contra fraudes em contratos públicos

[3] Fonte – Portal G1 Goías – Operações investigam supostas fraudes milionárias em contratos públicos.

Fonte: Instituto Ética Saúde, em 17.04.2026.